



# DE 11 A 15 ABRIL DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

## ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

### ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

#### [Projeto de Lei 160/XIII](#)

Combate o enriquecimento injustificado

Autoria BE

#### [Projeto de Lei 161/XIII](#)

Reconhece o direito a 25 dias de férias no setor privado

Autoria BE

#### [Projeto de Lei 162/XIII](#)

Procede à terceira alteração à Lei dos Baldios, aprovada pela Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, assegurando a sua fruição às comunidades locais que historicamente e segundo os usos e costumes a ela têm direito

Autoria BE

#### [Projeto de Lei 164/XIII](#)

Altera o Código Civil, estabelecendo um estatuto jurídico dos animais

Autoria PS

#### [Projeto de Lei 165/XIII](#)

Procede à 1.ª alteração da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, modificando o regime jurídico do associativismo jovem

Autoria PS

#### [Projeto de Lei 166/XIII](#)

Define um regime de pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e cria um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto

Autoria PS

[Projeto de Lei 168/XIII](#)

Revisão da Lei n.º 28/98, de 26 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Contrato de Trabalho do praticante desportivo e do contrato de formação desportiva.

Autoria PSD

[Projeto de Lei 169/XIII](#)

Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à 9.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro

Autoria PCP

[Projeto de Lei 171/XIII](#)

Alteração ao Código Civil reconhecendo os animais como seres sensíveis

Autoria PAN

[Projeto de Lei 172/XIII](#)

Possibilidade de Permissão de Animais em Estabelecimentos Comerciais (altera o DL n.º 10/2015, de 16 de Janeiro)

Autoria PAN

[Projeto de Lei 173/XIII](#)

Reforça o regime sancionatório aplicável aos animais (altera o Código Penal)

Autoria PAN

[Projeto de Lei 176/XIII](#)

Alarga a licença parental inicial e o período de dispensa para aleitação

Autoria BE

 **DIREITO PÚBLICO**

[Instrução n.º 1/2016 - Diário da República n.º 71/2016, Série II de 2016-04-12](#)

Tribunal de Contas

Instrução 1/2016 - 2.ª S, Controlo e acompanhamento dos contratos de concessão e de subconcessão celebrados pelas entidades do setor empresarial do Estado, excluindo o setor empresarial local e os hospitais em PPP ou em EPE

 **EDUCAÇÃO**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016 - Diário da República n.º 70/2016, Série I de 2016-04-11](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

[Presidente da República promulga a Lei que elimina a requalificação de docentes](#)

No pressuposto de que foi observada a audição legalmente exigível, não existem efeitos orçamentais relevantes e o regime de retroação obedece à preocupação de salvaguarda de legítimos direitos dos interessados, o Presidente da República promulgou a lei que elimina a requalificação de docentes, procedendo à quarta alteração ao Decreto-lei n.º 132/2012, de 27 de junho, à décima quarta alteração ao Decreto-lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração à Lei n.º 80/2013, de 28 novembro.

 **FINANCEIRO**

**Presidente da República promulga o Decreto-lei que procede à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras**

Atendendo à razão de ser do diploma, em particular o reforço da solidez do sistema financeiro, ao facto de corresponder a solução defendida pelas duas entidades reguladoras, a ter mediado entre a última pronúncia destas e a concretização da presente iniciativa legislativa tempo suficiente para não interferir em eventual operação em curso, e à circunstancia de só entrar em vigor em 1 de julho e a deliberação das assembleias gerais poder ocorrer até 31 de dezembro, o Presidente da República, tendo presente o interesse nacional, acabou de promulgar o Decreto-lei que procede à 41ª alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, visando conferir aos acionistas de instituições de crédito a possibilidade de reavaliarem periodicamente a justificação dos limites estatutários em matéria de detenção e exercício dos direitos de voto.

BANCO DE PORTUGAL

[Informação sobre novos créditos aos consumidores - fevereiro de 2016](#)

[Indicadores Coincidentes - abril de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística: Fundos de investimento - fevereiro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística: Novas estatísticas de contas financeiras - 4.º trimestre de 2015](#)

[Boletim Oficial n.º 4/2016](#)

Instruções

[5/2016](#) - Regula a participação no BPnet, incluindo o acesso à infraestrutura e a adesão e disponibilização de serviços.

[6/2016](#) - Sistema de Pagamentos de Grandes Transações - Altera a Instrução n.º 54/2012, de 15-01-2013, que regulamentou o TARGET2-PT.

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[ESMA divulga testes de stress na UE relativos a Contrapartes Centrais](#)

[Indicadores de síntese dos organismos de investimento coletivo e dos fundos de investimento alternativo - março 2016](#)

[Iniciativas legislativas para 2016 - Conselho Nacional de Supervisores Financeiros](#)

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Resultados do exercício europeu de avaliação quantitativa das instituições de realização de planos de pensões profissionais](#)

A Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) publicou hoje o documento “Opinion to EU Institutions on a Common Framework for Risk Assessment and Transparency for IORPs” (Opinião da EIOPA). Este documento apresenta, em anexo, os resultados do exercício europeu de avaliação quantitativa (QA) das instituições de realização de planos de pensões profissionais (IORPs), que abrangem, no contexto nacional, os fundos de pensões que financiam planos profissionais.

[Consulta Pública n.º 6/2016](#)

Nos termos do artigo 47.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões coloca em consulta pública o projeto de Norma Regulamentar que tem por objeto regular os procedimentos operacionais de pagamento ou entrega dos montantes resultantes de taxas e contribuições incidentes sobre a atividade seguradora, dos fundos de pensões, de mediação de seguros ou de resseguros e das entidades promotoras de cursos de formação sobre seguros.

 **FISCAL**

[Decreto-Lei n.º 18/2016 - Diário da República n.º 72/2016, Série I de 2016-04-13](#)

Finanças

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-circulado n.º 20188/2016, de 12/04](#) - Deduções à coleta - despesas de saúde realizadas com terapeutas ocupacionais.

[Ofício-Circulado n.º 35059/2016, de 05.04.2016](#) - Incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida

 **JOGO ONLINE**

[Regulamento n.º 379-A/2016 - Diário da República n.º 72/2016, 2.º Suplemento, Série II de 2016-04-13](#)

Economia - Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

Altera o Anexo I do Regulamento n.º 903-B/2015 que define os Requisitos Técnicos do Sistema Técnico do Jogo Online, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 250, de 23 de dezembro de 2015

 **SAÚDE / LIFE SCIENCES**

[Portaria n.º 83/2016 - Diário da República n.º 71/2016, Série I de 2016-04-12](#)

Saúde

Quarta alteração à [Portaria n.º 142-B/2012](#), de 15 de maio, que define as condições em que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) assegura os encargos com o transporte não urgente de doentes que seja instrumental à realização das prestações de saúde

[Despacho n.º 5058-D/2016 - Diário da República n.º 72/2016, 2.º Suplemento, Série II de 2016-04-13](#)

Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Estabelece disposições sobre o transporte integrado de doente crítico

 **TMT**

[O Sector das Comunicações em 2015](#)

Publicado relatório que caracteriza e explica a evolução do sector das comunicações em 2015.

 **TRABALHO**

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2016 - Diário da República n.º 74/2016, Série I de 2016-04-15](#)

Supremo Tribunal de Justiça

Os imóveis construídos por empresa de construção civil, destinados a comercialização, estão excluídos da garantia do privilégio imobiliário especial previsto no art. 377.º, n.º 1, al. b), do Código do Trabalho de 2003

## RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 8/2016/A - Diário da República n.º 73/2016, Série I de 2016-04-14](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo Regional dos Açores que defina e implemente um plano de salvaguarda para as principais espécies demersais costeiras dos Açores, que procure a sua sustentabilidade, a adequação da frota de pescas aos recursos marinhos disponíveis e, simultaneamente, assegure os rendimentos da pesca

## RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 16/2016/M - Diário da República n.º 73/2016, Série I de 2016-04-14](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Recomenda a transferência do edifício do Antigo Centro Educativo da Madeira para a Tutela da Região Autónoma

[Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2016/M - Diário da República n.º 73/2016, Série I de 2016-04-14](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Aprova a orgânica da Direção Regional dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA EU

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Aduaneiro

Decisão de Execução (UE) 2016/578 da Comissão, de 11 de abril de 2016, que [estabelece o Programa de Trabalho para o desenvolvimento e a implementação dos sistemas eletrónicos previstos no Código Aduaneiro da União](#)

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

Retificação do Regulamento Delegado (UE) 2016/341 da Comissão, de 17 de dezembro de 2015, que [completa o Regulamento \(UE\) n.º 952/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito a regras transitórias para certas disposições do Código Aduaneiro da União nos casos em que os sistemas eletrónicos pertinentes não estejam ainda operacionais e que altera o Regulamento Delegado \(UE\) 2015/2446 \(JO L 69 de 15.3.2016\)](#).

Financeiro

Orientação (UE) 2016/579 do Banco Central Europeu, de 16 de março de 2016, que [altera a Orientação BCE/2012/27 relativa a um sistema de transferências automáticas transeuropeias de liquidação por bruto em tempo real \(TARGET2\) \(BCE/2016/6\)](#).

Fiscal

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Proposta de diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado, no que se refere à duração da obrigação de respeitar uma taxa normal mínima».

Fundos europeus

Regulamento Delegado (UE) 2016/568 da Comissão, de 29 de janeiro de 2016, que [complementa o Regulamento \(UE\) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às condições e aos procedimentos para determinar se os montantes incobráveis devem ser reembolsados pelos Estados-Membros relativamente ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas](#).



## COMISSÃO EUROPEIA

[Auxílios estatais: Relatório intercalar do inquérito setorial sobre mecanismos de capacidade no setor da eletricidade revela lacunas significativas](#)

O inquérito da Comissão sobre mecanismos de capacidade revela que estes podem aumentar a segurança do aprovisionamento de eletricidade, mas que muitos Estados-Membros têm de ser mais rigorosos tanto na avaliação da sua necessidade, como na sua conceção, a fim de assegurar que são bem orientados e rentáveis.

[A Comissão Europeia propõe, para as empresas multinacionais, regras de transparência fiscal perante o público](#)

A Comissão abre hoje caminho a uma maior transparência do imposto sobre as sociedades, mediante a introdução de requisitos de prestação pública de informações para as grandes empresas que operam na UE.

### Consulta pública

Redes de Comunicação, Conteúdos e Tecnologias, Sociedade da informação:  
[Consulta pública sobre a avaliação e revisão da diretiva «privacidade eletrónica»](#)  
12.04.2016 – 05.07.2016

Investigação e tecnologia:  
[Consulta pública sobre o programa «Ciência com e para a sociedade» \(Horizonte 2020\) para o período de 2018-2020](#)  
11.04.2016 – 04.07.2016

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

## PARLAMENTO EUROPEU

### [Parlamento Europeu aprova diretiva sobre registos de identificação dos passageiros aéreos](#)

O Parlamento Europeu aprovou dia 14, a diretiva sobre a utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros (PNR, na sigla inglesa), que exige que as transportadoras aéreas transmitam aos Estados-Membros os dados dos viajantes que chegam ou partem da UE para ajudar a prevenir e combater o terrorismo.

Durante as negociações com o Conselho, concluídas em dezembro, os eurodeputados incluíram disposições para clarificar os requisitos de conservação, análise, transferência e utilização de dados PNR e assegurar o direito à privacidade e à proteção dos dados pessoais. Os Estados-Membros terão dois anos para transpor a diretiva para a legislação nacional

### [Eurodeputados aprovam novas regras sobre proteção dos dados pessoais](#)

O Parlamento Europeu aprovou dia 14 o pacote legislativo (um regulamento e uma diretiva) sobre a proteção dos dados pessoais. O regulamento visa garantir que os cidadãos tenham um maior controlo sobre os seus dados, dar mais clareza e segurança jurídica às empresas e sujeitar as transferências para países fora da UE a requisitos mais apertados. A diretiva inclui regras sobre o tratamento de dados no âmbito da prevenção da criminalidade.

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: [plmjlaw@plmj.pt](mailto:plmjlaw@plmj.pt).

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano  
*The Lawyer European Awards, 2015-2012*

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano  
*Who's Who Legal, 2015, 2011-2006*  
*Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009*

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos  
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa  
*Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011*